



## Opinião

# A exiguidade do Estado em abdicação



MÁXIMO CRESPO  
JORNALISTA

O professor Adriano Moreira detectou os riscos civilizacionais da exiguidade dos estados quando deixam de cumprir as funções que são a sua razão de ser. Em Portugal o Estado está a desaparecer. Outros actores estão a substituí-lo. Em todo o lado.

"Deloitte não detecta crimes públicos na REN": título na imprensa diária nacional, há uma semana.

"Como organização de referência em serviços profissionais de auditoria, e consultoria fiscal, a Deloitte consolida a sua liderança em Portugal integrando a sua oferta para melhor servir o cliente e as suas necessidades.". Página promocional em <http://www.deloitte.com>

"A Deloitte, chamada na sequência da vinda a público do caso "Face Oculta", não detectou crimes públicos na REN.". Notícia de jornal do dia 24 de Novembro de 2009.

"A Deloitte disponibiliza experiência, conhecimento técnico e capacidade de implementação. Pensamos e agimos com rigor e competência: o nosso propósito é o transformar os desafios em soluções". Página promocional da Deloitte Portugal em <http://www.deloitte.com>

"Aveiro, 25 Nov - José Penedos indiciado pela prática de um crime de corrupção passiva. O juiz de instrução do processo "Face Oculta" determinou

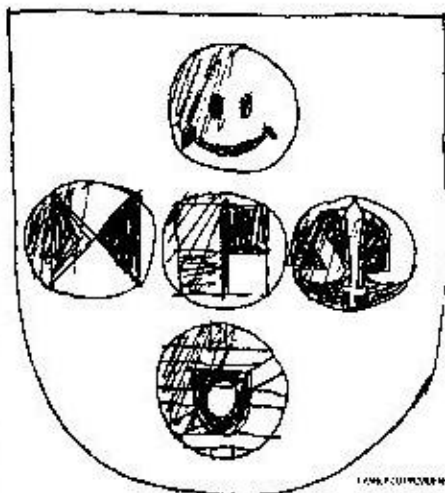
**PRIVADOS**  
ocupam  
os sectores  
do Estado  
que os titulares  
vão  
abandonando

hoje a suspensão de funções de José Penedos na presidência da REN - Redes Eléctricas Nacionais e sujeitou-o a uma caução de 40 mil euros.". Despacho da agência noticiosa Lusa.

"Na sequência de notícias hoje divulgadas, o Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça considera tornar público o esclarecimento em anexo.". Texto de uma comunicação numa página com o timbre oficial do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal que a empresa privada de assessoria de media Luís Paixão Martins Comunicação (LPM) enviou a todos os órgãos de comunicação nacionais, a 14 de Novembro de 2009.

"Informações adicionais LPM Comunicação [www.lpmcom.pt](http://www.lpmcom.pt)" Indicação final na Comunicação do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.

"O universo mediático português torna-se mais



complexo e confuso. Só os especialistas conseguem descolificar esta proliferação caótica de media através de uma abordagem simples, directa, virada para os resultados.". Página promocional da LPM em <http://www.lpmcom.pt>.

"(...) A execução do despacho proferido pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça cabe tão-só à autoridade judiciária que dirige o inquérito, ou seja, à Procuradoria-geral da República;" - Quinto ponto da comunicação de esclarecimento distribuída com o timbre do Supremo Tribunal de Justiça pela Luís Paixão Martins Comunicação com instruções para a Procuradoria-geral da República sobre divulgação de peças processuais do caso "Face Oculta".

"Há 217 títulos publicados, 225 rádios e 91 canais de TV.". Informação no portal promocional da LPM sob o título Estratégia de Assessoria Mediática.

Na semana passada, António Mota, dono da Mota Enqil, desdobrou-se numa série de raras entrevistas que o seu grupo organizou em que falou a vários órgãos de Comunicação Social, como se fosse titular das pastas conjuntas da Economia, das Finanças e do Planeamento. Fez bem. Na situação de exiguidade a que o Estado português se remeteu, ele é provavelmente já isso tudo e muito mais.